

Emílio Migliano Neto

(Coordenador)

RICARDO DIP

(Prefácio)

JOSÉ RENATO NALINI

(Apresentação)

TEMAS ATUAIS DE DIREITO PÚBLICO

2ª Edição revista, aumentada e atualizada

Autores:

Daniela Ribeiro Smania, Emílio Migliano Neto, Gabriela Haddad Soares,
Jefferson Padilha Schoffen, Nádia Fernanda Migoto, Natalia Torin Lopes,
Silvia Aparecida de Almeida Barbosa e Silvia Aparecida Ricci

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2027

Sumário

Sobre o Organziador	V
DEDICATÓRIA/AGRADECIMENTOS DA 2ª EDIÇÃO.....	VII
PREFÁCIO.....	XIII
<i>Ricardo Dip</i>	
APRESENTAÇÃO.....	XXI
<i>José Renato Nalini</i>	
1 A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E OS ACORDOS ADMINISTRATIVOS PARA A REPARAÇÃO DE DANOS: MODELO E EXPERIÊNCIAS PAULISTAS E OUTRAS.....	1
<i>Daniela Ribeiro Smania</i>	
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>1.1 A consensualidade na realidade da Administração Pública Brasileira</i>	<i>3</i>
<i>1.1.1 Direito positivo: legislação nacional consentânea à consensualidade administrativa</i>	<i>8</i>
<i>1.1.2 Resolução de conflitos que envolvem a Administração Pública: adoção do sistema multiportas.....</i>	<i>15</i>
<i>1.2 Acordos extrajudiciais relacionados à responsabilidade civil do Estado</i>	<i>21</i>
<i>1.2.1 Responsabilização civil do Estado: panorama atual brasileiro normativo e teórico</i>	<i>25</i>
<i>1.2.2 Exemplos de previsões legais específicas para indenizações administrativas.....</i>	<i>36</i>
<i>1.2.2.1 Responsabilização por danos decorrentes da ditadura militar: Lei Federal nº 9.140/95.....</i>	<i>36</i>
<i>1.2.2.2 Responsabilização pelas violações da ditadura militar cometidas no Estado de São Paulo: Lei Estadual nº 10.726/01</i>	<i>40</i>

1.2.3 Modelagem paulista para a reparação de danos inespecíficos na via extrajudicial: Lei Estadual nº 10.177/98	44
1.3 Casos concretos e paradigmáticos: acordos administrativos paulistas e o precedente fluminense sobre danos decorrentes de ação policial letal	52
1.3.1 Afogamentos na represa Billings.....	52
1.3.2 O Massacre de Suzano	54
1.3.2.1 Inevitabilidade parcial da judicialização	58
1.3.3 A Tragédia de Paraisópolis.....	63
1.3.4 O Caso Claudia: um “precedente” fluminense	66
1.3.4.1 Judicialização anterior à celebração dos acordos: encerramento parcial da demanda inicial e contendas remanescentes	68
1.4 Considerações sobre a adequação da via extrajudicial de reparação de danos a princípios que regem a Administração Pública	71
1.4.1 Indisponibilidade do interesse público e eficiência administrativa	76
1.4.1.2 Sobre a judicialização.....	84
1.4.2 Isonomia, impessoalidade, imparcialidade e publicidade.....	87
1.4.3 Moralidade administrativa.....	98
Conclusão.....	102
Referências.....	103
2 O DOLO E A CULPA NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	111
Emílio Migliano Neto	
Introdução.....	111
2.1 Moralidade administrativa e improbidade administrativa	115
2.1.1 Contexto Constitucional	115

2.1.2 Direito e Moral.....	117
2.1.3 Princípio da moralidade administrativa	119
2.1.4 Probidade Administrativa.....	120
2.1.5 Improbidade Administrativa	121
2.2 Tipos de improbidade administrativa nas Leis Federais nºs. 8.429/92 e 14.230/21.....	122
2.2.1 Lei Federal nº 8.429/92.....	122
2.2.2 Raio de abrangência. Sujeitos ativo e passivo	127
2.2.3 Contornos da improbidade administrativa.....	129
2.2.4 Espécies de improbidade previstas na Lei nº 8.429/92.....	135
2.2.5 Inovações implementadas pela Lei nº 14.230/21	137
2.3 Os elementos subjetivos como requisito para configuração dos atos de improbidade nas dogmáticas civil e penal	143
2.3.1 Dolo e culpa na dogmática civil	143
2.3.1.1 O dolo como causa de vício de vontade.....	144
2.3.1.2 A culpa subjetiva e normativa	145
2.3.1.3 Dolo e culpa na dogmática penal	146
2.3.1.4 Dolo e culpa no conceito da improbidade administrativa.....	149
2.3.1.5 O conteúdo do conceito de improbidade administrativa e suas implicações.....	151
2.3.1.6 A Lei nº 13.655/2018: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e suas consequências na improbidade administrativa.....	154
2.4 Os elementos subjetivos na interpretação dispensada pela jurisprudência dos nossos tribunais e a retroatividade da legislação em vigor.....	155
Conclusão.....	163
Referências	166

**3 ACORDOS DIRETOS COM CREDORES
NO ATUAL REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO
DE PRECATÓRIOS: POSSIBILIDADE,
VIABILIDADE, INTERESSE E EFETIVIDADE..... 169**

Gabriela Haddad Soares

<i>Introdução.....</i>	<i>169</i>
<i>3.1 Precatórios.....</i>	<i>170</i>
<i>3.1.1 Conceito e previsão legal</i>	<i>170</i>
<i>3.1.2 Obrigatoriedade.....</i>	<i>174</i>
<i>3.1.3 Hipóteses de dispensa</i>	<i>176</i>
<i>3.1.4 Preferências</i>	<i>178</i>
<i>3.2 Regimes de pagamento de precatórios.....</i>	<i>180</i>
<i>3.2.1 Regime comum, geral ou ordinário</i>	<i>180</i>
<i>3.2.2 Regime especial para Estados, Distrito Federal e Municípios</i>	<i>181</i>
<i>3.2.2.1 Emenda Constitucional nº 62/09</i>	<i>181</i>
<i>3.2.2.1.1 Julgamento das ADIs nº 4.357 e 4.425 pelo Supremo Tribunal Federal.....</i>	<i>182</i>
<i>3.2.2.2 Emenda Constitucional nº 94/16 – Regime especial vigente</i>	<i>183</i>
<i>3.2.2.3 Emenda Constitucional nº 99/17.....</i>	<i>184</i>
<i>3.2.2.4 Emenda Constitucional nº 109/21.....</i>	<i>185</i>
<i>3.2.2.5 Emenda Constitucional nº 113/21.....</i>	<i>185</i>
<i>3.2.2.6 Emenda Constitucional nº 114/21.....</i>	<i>186</i>
<i>3.2.2.7 Emenda Constitucional nº 126/22</i>	<i>186</i>
<i>3.2.2.8 Emenda Constitucional nº 136/25</i>	<i>187</i>
<i>3.3 Acordos diretos com credores no regime especial vigente.....</i>	<i>188</i>
<i>3.3.1 Da relevância dos métodos alternativos de solução de conflitos.....</i>	<i>188</i>
<i>3.3.2 Da importância da atuação do Conselho Nacional de Justiça na gestão e fiscalização dos precatórios.....</i>	<i>191</i>

3.3.3 Previsão constitucional dos acordos diretos e requisitos.....	194
3.3.4 Panorama geral dos acordos no cenário estadual.....	197
3.3.5 Da legislação vigente no Estado de São Paulo.....	200
3.3.6 Da legislação vigente no Município de São Paulo (SP).....	205
3.3.7 Da legislação vigente no Município de Campinas (SP).....	213
3.3.8 Do estudo comparado da legislação analisada	220
Conclusão.....	222
Referências	223
ANEXO A – Edital de Convocação para Acordo nº 1/2022 (São Paulo)	225
ANEXO B – Edital de Convocação para Acordo nº 01/2023 (Campinas)	234
4 A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO ONEROSA SOBRE BENS IMÓVEIS (ITBI)	241
<i>Jefferson Padilha Schoffen</i>	
Introdução.....	241
4.1 Lançamento tributário.....	242
4.1.1 Natureza Jurídica do lançamento tributário.....	244
4.1.2 Conceito de tributo e espécies	248
4.1.3 Modalidades de lançamento tributário	251
4.1.3.1 Lançamento por homologação.....	252
4.1.3.2 Lançamento de ofício	253
4.1.3.3 Lançamento por declaração.....	254
4.2 O Imposto sobre a Transmissão	
Inter Vivos de Bens Imóveis.....	255
4.2.1 Regra matriz e hipóteses de incidência tributária	259
4.2.2 Transmissão de bens imóveis.....	265
4.2.2.1 Transmissão de bens imóveis, por natureza ou acessão física	267
4.2.2.2 Transmissão de direitos reais sobre imóveis (exceto os de garantia)	268

4.2.3 Cessão de direitos à aquisição de bens imóveis	270
4.2.4 Promessa de compra e venda e a incidência tributária	272
4.3 O momento da incidência	
do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis	275
4.3.1 Transmissão no registro imobiliário	275
4.3.2 Decisão do STF sobre o momento	
de incidência do ITBI: o julgamento	276
4.3.3 A observação das normas municipais	
por notários e registradores.....	280
4.4 Procedimento de arbitramento fiscal	284
4.4.1 Hipóteses em que é possível o arbitramento fiscal.....	286
4.4.2 Boa-fé do contribuinte x presunção de legalidade	
dos atos administrativos: a inversão	
do ônus da prova quanto ao valor atribuído ao imóvel.....	289
4.4.3 Espécie de lançamento em razão do arbitramento fiscal.....	293
4.4.4 Parâmetros e procedimento para o arbitramento fiscal	295
4.4.5 Possibilidade de Lei Municipal detalhar	
o procedimento de arbitramento	296
Conclusão.....	298
Referências	300

5 POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS

PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS..... 303

Nádia Fernanda Migoto

Introdução.....	303
5.1 Da evolução do conceito de Estado	305
5.1.1 Do Estado Liberal ao Estado Social.....	305
5.1.2 Declínio do Estado Social?	
Um resgate do liberalismo: neoliberalismo	308
5.1.3 O desenho do Estado na Constituição de 1988.....	309
5.1.4 O avanço do liberalismo no Brasil:	
fim do Estado Social Brasileiro?	311
5.2 Normas programáticas	313

5.2.2 As normas programáticas geram direito subjetivo?.....	316
5.2.3 A implementação das normas programáticas.....	318
5.3 Políticas públicas	320
5.3.1 Definição de políticas públicas	322
5.3.2 Ciclo das políticas públicas.....	324
5.3.2.1 Identificação do problema	325
5.3.2.2 Formação da agenda.....	326
5.3.2.3 Formulação de alternativas.....	326
5.3.2.4 Tomada de decisão	327
5.3.2.5 Implementação	327
5.3.2.6 Avaliação	327
5.3.2.7 Extinção	328
5.3.3 Tipos de políticas públicas	328
5.3.4 Políticas públicas e discricionariiedade administrativa	329
5.3.5 Controle judicial das políticas públicas	333
5.4 Limites para concretização de direitos por meio de políticas públicas.....	335
5.4.1 O custo dos direitos.....	335
5.4.2 A reserva do possível	337
5.5 Contrapontos aos limites para concretização de direitos por meio de políticas públicas	341
5.5.1 Contraponto ao custo dos direitos e à reserva do possível	342
5.5.2 A necessária proteção do núcleo essencial dos direitos	345
5.6 Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBES) e participação popular	346
5.6.1 Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBES)	347
5.6.2 Participação popular.....	349
Conclusão.....	351
Referências	352

6 A NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 357

Natalia Torin Lopes

<i>Introdução.....</i>	<i>357</i>
<i>6.1 Terminologia do instituto</i>	<i>358</i>
<i>6.2 Origem e evolução histórica</i>	<i>360</i>
<i>6.3 Previsão normativa</i>	<i>367</i>
<i>6.4 Legitimidade</i>	<i>368</i>
<i>6.5 Hipóteses de cabimento.....</i>	<i>374</i>
<i>6.5.1 Preservação da competência do STF.....</i>	<i>375</i>
<i>6.5.2 Garantia de cumprimento de decisão do STF.....</i>	<i>377</i>
<i>6.5.3 Observância de súmula vinculante.....</i>	<i>381</i>
<i>6.6 Procedimento</i>	<i>385</i>
<i>6.6.1 Recursos e ações rescisórias.....</i>	<i>387</i>
<i>6.6.2 Decisão final</i>	<i>389</i>
<i>6.7 Natureza jurídica</i>	<i>394</i>
<i>6.7.1 Reclamação e correção parcial.....</i>	<i>396</i>
<i>6.7.2 Reclamação e recurso</i>	<i>399</i>
<i>6.7.3 Reclamação e ação.....</i>	<i>403</i>
<i>6.7.4 Reclamação e o direito de petição.....</i>	<i>407</i>
<i>6.7.5 Reclamação e remédio ou garantia constitucional.....</i>	<i>411</i>
<i>Conclusão.....</i>	<i>414</i>
<i>Referências</i>	<i>417</i>

7 A DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA..... 421

Silvia Aparecida de Almeida Barbosa

<i>Introdução.....</i>	<i>421</i>
<i>7.1 Da propriedade</i>	<i>423</i>
<i>7.1.1 Considerações.....</i>	<i>423</i>
<i>7.1.2 Breve histórico da propriedade</i>	<i>424</i>

7.1.3 Finalidade social da propriedade.....	426
7.1.4 Natureza jurídica da propriedade	428
7.1.5 Objeto da propriedade.....	430
7.1.6 Limitações ao direito de propriedade.....	432
7.2 Da desapropriação.....	436
7.2.1 Etimologia e conceito.....	436
7.2.2 Acepção histórica.....	437
7.2.3 Natureza Jurídica	440
7.3 Aspectos gerais	441
7.3.1 O Decreto da desapropriação e efeitos.....	441
7.3.2 A decadência do decreto expropriatório	444
7.3.3 Bens suscetíveis de desapropriação	445
7.3.4 Da competência.....	446
7.3.5 A escala contida no § 2º do art. 2º.....	447
7.3.6 Declaração de utilidade pública e iniciativa.....	449
7.3.7 Casos de utilidade pública	450
7.4 Da ação.....	452
7.4.1 Petição inicial.....	452
7.4.2 Imissão provisória de posse.....	453
7.4.3 Da citação	456
7.4.4 Contestação e efeitos da revelia	458
7.4.5 Da possibilidade de acordo	460
7.4.6 Laudo pericial e métodos de avaliação.....	461
7.5 Da sentença.....	463
7.5.1 Julgamento no estado da lide	463
7.5.2 Indenização.....	465
7.5.3 Honorários advocatícios.....	467
7.5.4 Juros moratórios e compensatórios.....	468
7.5.5 Das despesas processuais.....	473
7.5.6 Correção monetária.....	475

7.5.7 Recursos	477
7.6 Pagamento da indenização	477
7.6.1 Art. 29 da Lei de Desapropriação	477
7.6.2 Ofício requisitório e precatório	478
7.6.3 Levantamento do preço	486
7.6.4 Sequestro de precatório de natureza alimentícia.....	490
7.6.5 Penhora de precatório.....	493
7.6.6 Desistência da ação	495
7.7 Institutos da desapropriação.....	497
7.7.1 Retrocessão.....	497
7.7.2 Tredestinação, Desdetinação e Adestinação	500
7.7.3 Forma originária de aquisição.....	505
Conclusão.....	507
Referências	508

8 A CASSAÇÃO DE MANDATO DE PREFEITO MUNICIPAL POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO DE CASO E REFLEXÕES 515

Silvia Aparecida Ricci

<i>Introdução.....</i>	<i>515</i>
<i>8.1 A organização político-administrativa do Brasil.....</i>	<i>517</i>
<i>8.1.1 A União</i>	<i>518</i>
<i>8.1.2 Os Estados e Distrito Federal.....</i>	<i>518</i>
<i>8.1.3 Os Municípios</i>	<i>519</i>
<i>8.2 A teoria da separação dos poderes</i>	<i>524</i>
<i>8.2.1 Sistema de Freios e Contrapesos (Checks and Balances System)</i>	<i>528</i>
<i>8.3 O Decreto-lei nº 201/1967</i>	<i>532</i>
<i>8.3.1 Condições e possibilidades da cassação de mandatos de Prefeitos</i>	<i>532</i>
<i>8.4 Cassação de mandato: um estudo de caso.....</i>	<i>540</i>

8.4.1 Contexto histórico e político de Bofete	541
8.4.2 Os motivos da abertura do Impeachment	543
8.4.3 Síntese do processo por infração político-administrativa	545
8.4.4 A judicialização do processo político-administrativo	550
8.4.5 Os desafios da fiscalização interna e externa nesse contexto.....	567
Conclusão.....	573
Referências	576